

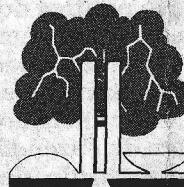
Fiúza adia explicação sobre patrimônio

Deputado volta amanhã à CPI com declarações de bens dos familiares e balanços de suas empresas

BRASÍLIA — Mais de nove horas de depoimento foram insuficientes para que a CPI do Orçamento conseguisse todas as informações que considera necessárias do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Ele voltará amanhã ao Congresso para explicar a variação de seu patrimônio, que estima em US\$ 10 milhões, excetuando dívidas. A reunião foi acertada com o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da subcomissão de assuntos patrimoniais e fiscais da CPI, que não conseguiu trabalhar só com os dados enviados pela Receita Federal. O deputado se comprometeu a entregar as declarações de bens de seus familiares e os balanços das empresas.

Pilhas de documentos e uma retrospectiva de sua atuação como parlamentar e ministro da Ação Social, apresentadas de forma segura durante o depoimento, aparentemente livraram Fiúza da condição de um dos principais suspeitos na manipulação de verbas orçamentárias. Seu desempenho esfriou o ânimo da CPI. "Ele não é como o João Alves", comparou Bisol.

Fiúza, porém, deixou algumas perguntas sem resposta e cometeu duas contradições. Ficou surpreso ao ser indagado sobre um fax enviado pelo deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) ao economista José Carlos dos Santos pedindo aumento em 30% na dotação para o



José Paulo Lacerda/AE

Apresentação segura do ex-ministro esfriou ânimo da Comissão

projeto de abastecimento de água em Recife um mês depois de o Orçamento ter sido aprovado no Congresso. Uma das principais linhas de sua defesa foi negar alterações do Orçamento já votado.

Outra contradição foi sobre um bilhete também encontrado na casa de José Carlos em que o então ministro pedia a seu secretário-executivo, Maurício Vasconcellos, que tratasse de verbas com José Carlos. Fiúza alegou que o assunto era descontingenciamento de recursos — mas, na época José Carlos já não era do Departamento de Orçamento.

**BISOL: "ELE
NÃO É COMO
O JOÃO
ALVES"**

Fiúza deixou sem resposta o coordenador da subcomissão de subvenções sociais, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). O senador disse que em 1992, dos US\$ 23 milhões destinados a subvenções sociais no Ministério da Ação Social, US\$ 21 milhões foram liberados por Fiúza, sendo que a terça parte foi destinada ao Rio. A CPI vai pedir a quebra do sigilo bancário das entidades que receberam subvenções quando Fiúza era ministro.